

Brasília, 11 de setembro de 2026.

ATENÇÃO, ENTIDADES DA BASE DA FASUBRA!

Ainda não enviou as inscrições para o XIII Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas da FASUBRA?

Não deixe para a última hora!

Estamos nos aproximando do nosso Encontro, um importante espaço de organização, formação, debate e luta em defesa dos direitos de aposentados, aposentadas e pensionistas.

Envie as inscrições da sua entidade e garanta a participação da sua delegação!

Aposentados(as) organizados(as) fortalecem a luta!

Participe! A nossa voz precisa estar presente!

FASUBRA MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM CRISE INSTITUCIONAL NO STF E COBRA RESPOSTAS TRANSPARENTES

A FASUBRA Sindical manifesta profunda preocupação diante da grave crise institucional que envolve o Supremo Tribunal Federal (STF) e defende que a Corte apresente respostas urgentes, claras e transparentes à sociedade brasileira.

Para a entidade, o momento exige responsabilidade institucional, diálogo e respeito aos princípios democráticos. O Supremo Tribunal Federal exerce papel fundamental na defesa da Constituição e no equilíbrio entre os Poderes da República. Por isso, situações que possam colocar em dúvida a credibilidade, a transparência ou a legitimidade das instituições precisam ser enfrentadas de forma pública, responsável e dentro dos marcos constitucionais.

A FASUBRA considera que a sociedade tem o direito de conhecer os fatos, compreender as decisões tomadas e ter segurança de que as instituições públicas estão atuando de acordo com os limites e princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

Transparência é fundamental

Diante da dimensão dos questionamentos, a FASUBRA defende que o colegiado do STF adote todas as medidas necessárias para esclarecê-los e contribuir para o restabelecimento da confiança da população na Corte.

Para a entidade, não é suficiente que as instituições simplesmente reafirmem sua legitimidade.

É necessário assegurar transparência nos procedimentos, publicidade das decisões e explicações capazes de responder, de forma objetiva e fundamentada, às dúvidas apresentadas pela sociedade.

A defesa da democracia pressupõe instituições fortes, independentes e, sobretudo, comprometidas com a Constituição, com a transparência e com os mecanismos de controle público. Nesse sentido, a FASUBRA entende que o STF deve demonstrar, de maneira inequívoca, seu compromisso com o Estado Democrático de Direito.

Defesa da democracia e das instituições

A entidade ressalta que sua posição não representa a defesa de interesses partidários ou de grupos específicos, mas expressa uma preocupação com a preservação e o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras.

O fortalecimento da democracia depende do equilíbrio e da independência entre os Poderes, do respeito à Constituição e da existência de mecanismos que permitam à sociedade acompanhar e compreender a atuação das instituições públicas.

Nesse cenário, a FASUBRA considera indispensável que os ministros do Supremo Tribunal Federal enfrentem os questionamentos de maneira coletiva, transparente e institucional, evitando que dúvidas e controvérsias não esclarecidas contribuam para o agravamento da crise de confiança nas instituições públicas.

Respostas urgentes à sociedade

A FASUBRA Sindical defende, portanto, que o STF ofereça respostas rápidas, transparentes e devidamente fundamentadas sobre os fatos que estão no centro da atual crise institucional.

Para a entidade, preservar a autoridade de uma instituição como o Supremo Tribunal Federal não significa evitar questionamentos, mas garantir que eles sejam tratados com transparência, responsabilidade e respeito à sociedade brasileira.

Em um momento de desafios para a democracia, a FASUBRA reafirma seu compromisso com o Estado Democrático de Direito, com a Constituição Federal e com o fortalecimento das instituições republicanas.

Ao mesmo tempo, cobra do STF uma postura à altura de sua responsabilidade constitucional e espera que a Corte adote as medidas necessárias para elucidar os fatos, responder às dúvidas existentes e contribuir para a superação da atual crise institucional e para o restabelecimento da confiança da sociedade nas instituições democráticas.

ACELERAÇÃO PARA APOSENTADAS(OS) E PENSIONISTAS

A FASUBRA reafirma sua defesa da implementação imediata da aceleração para os(as) servidores(as) aposentados(as) e pensionistas que têm direito ao benefício.

Essa é uma importante conquista da nossa categoria e não pode permanecer aguardando indefinidamente. Quem dedicou sua vida ao serviço público merece ter seus direitos reconhecidos e efetivados com celeridade.

A FASUBRA cobra das instituições federais de ensino agilidade, transparência e prioridade na conclusão dos procedimentos necessários, garantindo que nenhum(a) aposentado(a) ou pensionista, que tenha direito, fique para trás.

Orientamos nossas entidades filiadas a acompanhar junto às respectivas PROGEPS a situação dos processos e a cobrar as providências necessárias para a implementação do direito.

Aceleração já!

Direito conquistado é direito garantido!

Solicitamos que todas as entidades filiadas atualizem, junto à secretaria da Fasubra, o andamento destes processos.

FASUBRA EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DOS DIREITOS E DE UM BRASIL MAIS JUSTO

A FASUBRA Sindical reafirma seu compromisso histórico com a democracia, a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, a valorização do serviço público e a construção de um Brasil soberano, socialmente justo e comprometido com as necessidades da maioria da população.

Nas eleições de 2026, estará em disputa muito mais do que a escolha de governantes e parlamentares. Estará em debate o projeto de país que queremos construir. De um lado, estão aqueles que defendem o Estado mínimo, a retirada de direitos, a precarização dos serviços públicos, a privatização do patrimônio nacional e políticas que aprofundam as desigualdades. De outro, está a possibilidade de avançarmos na construção de um projeto democrático e popular, que coloque os trabalhadores e o povo brasileiro no centro das políticas públicas.

Por isso, a FASUBRA apoia a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da

República e orienta sua base a participar ativamente do processo eleitoral, dialogando com a sociedade e defendendo um projeto comprometido com a democracia, a soberania nacional, os serviços públicos e os direitos sociais e trabalhistas.

É fundamental também compreender que não basta eleger o presidente. Precisamos construir uma maioria política capaz de sustentar e ampliar as conquistas sociais. O Congresso Nacional tem papel decisivo na aprovação de leis, no orçamento público e na definição das políticas que atingem diretamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, a FASUBRA conclama sua categoria a votar em candidatos e candidatas progressistas, comprometidos com a democracia, os direitos sociais e trabalhistas, a valorização do serviço público e a defesa da educação pública, contribuindo para renovar o Congresso Nacional e fortalecer uma bancada comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

A mesma responsabilidade deve orientar a escolha dos governos estaduais e das Assembleias Legislativas. É preciso eleger governadores, deputados e deputadas estaduais comprometidos com o fortalecimento dos serviços públicos, com a educação, a saúde, a ciência e tecnologia, a valorização dos servidores públicos e com políticas que respondam às necessidades da população.

Para a FASUBRA, entre as prioridades de um projeto democrático e popular estão:

- a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público;
- a defesa da educação pública, gratuita, democrática e de qualidade;
- o cumprimento e a ampliação dos direitos conquistados pela categoria;
- a implementação integral dos acordos firmados com os servidores públicos;
- a valorização das carreiras e a recomposição das perdas salariais;
- a defesa da aposentadoria e dos direitos dos aposentados e pensionistas;
- o fortalecimento das universidades e instituições federais de ensino;
- a defesa do SUS e das demais políticas públicas;
- a geração de emprego e renda e a valorização do salário mínimo;
- a redução das desigualdades sociais e regionais;
- a defesa da soberania nacional e do patrimônio público;
- o combate à precarização e à terceirização dos serviços públicos;
- o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação e violência;
- a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito.

A FASUBRA sabe que nenhuma conquista é permanente sem organização e mobilização. O

voto é uma importante ferramenta de transformação, mas deve estar acompanhado da luta cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, convocamos nossas entidades filiadas e toda a nossa categoria a participar do debate eleitoral, apresentar nossas pautas à sociedade e dialogar com os candidatos e candidatas sobre os compromissos que deverão assumir com os trabalhadores, com a educação e com os serviços públicos.

Em 2026, vamos defender a democracia, eleger Lula e ampliar a representação progressista no Congresso Nacional, nos governos estaduais e nas Assembleias Legislativas.

Votar é também defender nossos direitos.

Pela democracia!

Pelos direitos dos trabalhadores!

Pela educação e pelos serviços públicos!

Pela soberania nacional!

Por um Brasil mais justo e igualitário!

A FASUBRA somos todos nós!

Na luta, ninguém fica para trás!

FASUBRA PARTICIPA DA 4ª REUNIÃO PRESENCIAL DO GT DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS IFES

Na manhã de 10 de setembro de 2026, a FASUBRA Sindical participou da 4ª reunião presencial do Grupo de Trabalho (GT) de Democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A reunião contou com a participação da SGA, SESU, SETEC e gabinete do Ministro (MEC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), ANDES-SN, SINASEFE e PROIFES.

A reunião teve como pauta dois temas centrais: as alterações promovidas pela Lei nº 15.367/2026, especialmente nos Capítulos XXV e XXVI, e a composição dos Conselhos Superiores das Instituições Federais de Ensino.

GT aponta limites da Lei nº 15.367/2026

No debate sobre as alterações introduzidas pela Lei nº 15.367/2026, as representações

presentes apresentaram suas avaliações e apontaram aspectos que ainda necessitam de regulamentação e aperfeiçoamento.

Entre os principais pontos destacados estão a ausência de uma definição mais precisa sobre a caracterização da sociedade civil que poderá participar dos processos eleitorais para escolha de Reitoras e Reitores; a restrição imposta à participação de docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e das/os técnico-administrativos em educação nos processos de disputa e ocupação do cargo de Reitora ou Reitor; além da ausência de definição quanto à condução do processo eleitoral por um colegiado específico, considerando a existência dos Conselhos Superiores nas instituições.

Para a FASUBRA, esses aspectos precisam ser enfrentados a partir de uma concepção de gestão democrática que reconheça a participação de todos os segmentos que constroem cotidianamente as universidades e demais instituições federais de ensino.

Democratização dos Conselhos Superiores é prioridade para a FASUBRA

Em relação aos Conselhos Superiores, a FASUBRA reafirmou sua posição contrária à atual composição desigual existente nas universidades públicas. Diferentemente do que já ocorre nos Institutos Federais, os Conselhos Superiores das universidades permanecem submetidos a uma estrutura que reserva, em regra, 70% dos assentos ao segmento docente.

A Federação destacou que essa configuração é incompatível com uma concepção efetivamente democrática de gestão das instituições públicas de ensino superior e defendeu a adoção da paridade entre os segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

Durante o debate, as representações da FASUBRA retomaram o acúmulo construído no âmbito do GT de Democratização das Instituições Federais de Ensino Superior, cujo relatório foi concluído em 19 de dezembro de 2013. O trabalho foi desenvolvido a partir do Termo de Acordo de Greve nº 2/2012, com participação permanente da FASUBRA, SINASEFE, SESU, CONIF, ANDIFES e SETEC, além da participação do ANDES-SN, PROIFES e UNE em parte das reuniões.

A FASUBRA ressaltou que aquele processo de 2013 produziu consensos importantes que permanecem atuais, entre eles:

- a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que trata dos Institutos Federais;
- o avanço da paridade nos processos de escolha de Reitoras e Reitores das universidades públicas;
- o reconhecimento de que o cargo de Reitora ou Reitor não deve ser compreendido como atribuição exclusivamente docente, devendo também contemplar a participação das/os técnico-administrativos em educação;
- a necessidade de instituição da paridade nos Conselhos Superiores e demais órgãos deliberativos das universidades públicas.

Retomar o acúmulo de 2013 e avançar em medidas concretas

Para a FASUBRA, o atual GT deve partir do acúmulo já produzido anteriormente, evitando retrocessos e buscando transformar os consensos historicamente construídos em medidas concretas de democratização das IFES.

Nesse sentido, a Federação defendeu que o GT trabalhe com propostas de curto e médio prazo. Como medida imediata, propôs a elaboração de uma minuta de Decreto e de recomendações a serem expedidas pelo Ministério da Educação, contemplando os pontos que possam alcançar consenso entre as representações participantes do Grupo.

Para o médio prazo, a FASUBRA propôs a construção de minutas de Projetos de Lei que permitam promover as alterações legislativas necessárias para consolidar os avanços na democratização das instituições.

No debate sobre a escolha de Reitoras e Reitores, houve uma compreensão comum entre as representações de que a maioria das Instituições Federais de Ensino Superior já adota, na prática, mecanismos de paridade. A partir desse entendimento, o GT poderá avançar na elaboração de uma redação para a minuta de Decreto que reconheça a paridade, preservando a autonomia de cada instituição para definir, democraticamente, o formato de sua implementação.

Paridade nos Conselhos: avançar desde já

Em relação à composição dos Conselhos Superiores e demais órgãos deliberativos das universidades públicas, a FASUBRA apresentou uma proposta concreta para viabilizar avanços imediatos.

A Federação defendeu que, no curto prazo, mesmo nos Conselhos cuja composição seja formada por, no mínimo, 70% de docentes, seja adotado o **peso paritário para os votos de cada conselheira e conselheiro**. Dessa forma, seria possível enfrentar parte das distorções decorrentes da atual composição dos colegiados sem necessidade de aguardar uma alteração legislativa.

Para o médio prazo, a FASUBRA defendeu a elaboração de Projeto de Lei para alterar o parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de modo a consolidar legalmente uma composição democrática dos órgãos colegiados das universidades públicas.

A proposta apresentada pela Federação busca demonstrar que é possível avançar imediatamente na democratização dos Conselhos Superiores, utilizando instrumentos como Decreto e recomendação do MEC, ao mesmo tempo em que se constrói, no médio prazo, uma alteração legislativa capaz de regulamentar e consolidar a matéria.

Para a FASUBRA, democratizar as instituições federais de ensino significa ampliar a participação dos diferentes segmentos que as constroem, fortalecer a autonomia universitária e garantir que os processos de decisão sejam efetivamente representativos e democráticos.

Próxima reunião do GT

A próxima reunião do GT de Democratização das IFES está prevista para **24 de setembro de 2026**.

Entre os temas que deverão ser debatidos estão a paridade nos Conselhos Superiores, a paridade nos processos de escolha de Reitoras e Reitores e a participação de gênero na composição dos cargos de gestão.

Também deverão ser aprofundados os aspectos da Lei nº 15.367/2026 que demandam (a curto e médio prazo) aperfeiçoamento ou regulamentação, especialmente as restrições à disputa do cargo de Reitora ou Reitor, a definição das entidades da sociedade civil aptas a participar do processo eleitoral, o formato de votação, a definição do colégio eleitoral e a constituição do conselho específico responsável pela condução do processo eleitoral.

A FASUBRA seguirá atuando no GT para defender a democratização das Instituições Federais de Ensino, a paridade entre os segmentos, a participação das/os técnico-administrativos em educação nos espaços de gestão e decisão e o fortalecimento da autonomia e da democracia nas universidades e demais instituições federais de ensino.

FASUBRA PARTICIPA DA REUNIÃO COLEGIADA DA FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE



Na noite de 9 de setembro de 2026, a FASUBRA Sindical participou, de forma virtual, da reunião do colegiado da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS). Entre os principais pontos da pauta estiveram a avaliação do 11º Seminário Nacional e 2º Seminário Internacional da FNCPS, realizado de 10 a 15 de agosto, em Maceió (AL), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), além da reorganização dos fóruns estaduais e regionais e dos desafios da conjuntura política nacional.

Na avaliação do seminário, as/os integrantes do colegiado destacaram o saldo qualitativo do encontro para o debate e a organização política em defesa da saúde pública. A realização presencial foi considerada fundamental para fortalecer a mobilização e a disposição da militância popular, contribuindo para ampliar a organização da FNCPS e a luta cotidiana em defesa de um sistema de saúde público, estatal e universal.

Reorganização dos fóruns estaduais e regionais

A reunião também debateu estratégias para fortalecer e reorganizar os fóruns estaduais e regionais da FNCPS. Como encaminhamento, o colegiado mobilizará militantes de entidades e movimentos sociais para uma reunião virtual de apresentação da Frente e de convite à integração nos fóruns estaduais e/ou regionais.

A atividade será realizada no dia **22 de setembro, às 19h30**. A iniciativa busca ampliar a participação de entidades e movimentos sociais na FNCPS e fortalecer sua capacidade de atuação nos territórios, contribuindo para a disputa política em torno dos rumos das políticas públicas e da defesa da saúde pública brasileira, tanto no âmbito local quanto nacional.

Conjuntura política e luta dos trabalhadores da Fiocruz

O colegiado também realizou uma análise da conjuntura política e eleitoral do país, considerando o processo das eleições gerais de 2026 e seus impactos sobre a organização e a agenda da militância nas próximas semanas. Atuar para garantir a derrota eleitoral da extrema direita para os cargos do executivo e do legislativo se configura como uma tarefa central para a militância da FNCPS nestas próximas semanas.

Durante a reunião, foram ainda atualizados os informes sobre a mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) contra a proposta de reposicionamento institucional da Fundação Oswaldo Cruz. A proposta prevê a criação de subsidiárias de direito privado, incluindo medidas relacionadas à absorção de Bio-Manguinhos e à criação de um novo centro de preparação para emergências sanitárias.

Para a FASUBRA, a participação nos espaços de articulação da FNCPS reafirma o compromisso da Federação com a defesa do caráter público e estatal das políticas sociais e com a construção de uma ampla unidade entre entidades sindicais, movimentos sociais e organizações populares em defesa dos Hospitais Universitários enquanto instituições vinculadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e do seu caráter de hospitais escolas que produzem assistência, ensino, pesquisa e extensão, em defesa do direito universal à saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS).

No pleito de 2022, denunciemos as ameaças do governo Bolsonaro às liberdades asseguradas pela Constituição. A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 revelou uma conspiração disposta a impor a ditadura, a violência e a segregação social. Embora seus principais líderes tenham sido responsabilizados pelo Supremo Tribunal Federal, as forças econômicas e políticas que o sustentaram seguem atuando contra a democracia e a soberania nacional. Os setores democráticos asseguraram o mandato eleito pelo povo, mas a conjuntura internacional é de imensos riscos: guerras, genocídios, embargos econômicos e tarifas unilaterais confirmam a atualização da Doutrina Monroe pelo governo Trump, que já não oculta seus propósitos imperialistas e interfere nos processos eleitorais de Nuestra América. Em torno da Conservative Political Action Conference (CPAC), articulam-se movimentos de extrema direita, *think tanks*, meios de comunicação e grandes corporações de tecnologia que atuam para desestabilizar governos democráticos.

Defendemos que um novo governo Lula seja um farol democrático para o mundo. Isso exigirá a superação das políticas de austeridade fiscal, monetária e trabalhista, que têm nutrido a desesperança. Ainda sofremos a brutal queda orçamentária dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nossas universidades, institutos e escolas federais necessitam de um ambicioso programa de requalificação da infraestrutura, de melhoria das condições de trabalho e de robustas políticas de assistência estudantil, sustentados por matriz orçamentária plurianual que devolva às instituições federais previsibilidade e capacidade de planejamento.

Não há educação superior pública forte sem sistema nacional de ciência. É preciso restaurar e ampliar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como instrumento de fomento não reembolsável, sem contingenciamento e sem desvio de finalidade; recompor os orçamentos do CNPq, da CAPES e das unidades de pesquisa; assegurar valor digno e reajuste periódico às bolsas de formação; e garantir que o investimento em pesquisa e desenvolvimento alcance 2% do PIB até 2034. A distribuição desses recursos deve corrigir a concentração regional histórica: o Norte e o Nordeste precisam ser reconhecidos como produtores de conhecimento, e não apenas como objeto de pesquisa alheia.

Urge assegurar condições de trabalho compatíveis com a importância da educação pública, pilar da democracia no país e no continente. A universalização de carreiras com dedicação exclusiva para todos os docentes — da educação básica, tecnológica e superior públicas —

é imperativo inadiável, que deve assegurar-lhes formação de qualidade socialmente referenciada e remuneração digna.

A autonomia universitária tem hoje uma dimensão nova, que não podemos tratar como assunto técnico. Defendemos a autonomia universitária diante da dependência tecnológica imposta por plataformas privadas que operam dados de estudantes, por infraestruturas de nuvem estrangeiras e pela IA generativa aplicada à avaliação, aos currículos e às atividades de ensino e aprendizagem. Quem controla a infraestrutura digital do ensino controla o que pode ser ensinado, avaliado e sabido. Soberania nacional, no século XXI, passa por infraestrutura pública de dados, softwares livres, computação e conectividade a serviço das instituições brasileiras.

É urgente reverter a mercantilização da educação e restabelecer os valores constitucionais relativos à educação, à ciência, à arte e à cultura, afastando esses direitos fundamentais da esfera da mercadoria e impedindo que a educação brasileira siga dominada pelo capital financeiro. É preciso, ainda, assegurar financiamento compatível com a manutenção e o desenvolvimento das instituições federais e fortalecer seu caráter público, gratuito, laico, autônomo e de elevada qualidade acadêmica.

Uma política de educação radicalmente pública só se realizará com um governo comprometido com a democracia, a soberania e os anseios da sociedade brasileira. Por isso, apoiamos a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e, com ele, as candidaturas aos governos estaduais e ao Legislativo federal e estadual comprometidas com as causas democráticas, a educação, a cultura e a ciência.

Conclamamos a comunidade educacional e a sociedade brasileira a somar-se a este movimento, para que a educação pública seja efetivamente universal, laica e gratuita, condição imprescindível para enfrentarmos, juntos, os grandes dilemas da humanidade.

O Brasil pode ser — e há de ser — uma nação em que todos caibam.

10/09/26

Assinam:

1. Alexandre Pinto Cardoso Cardoso — Ex-reitor — UFRJ
2. Amaro Henrique Pessoa Lins — Ex-reitor — UFPE
3. Ana Dayse Rezende Dorea — Ex-reitora — UFAL
4. Ana Lúcia Almeida Gazzola — Ex-reitora — UFMG
5. Ana Maria Dantas Soares — Ex-reitora — UFRRJ
6. André Diniz de Oliveira — Ex-reitor — IF Sudeste MG
7. Ângela Maria Paiva Cruz — Ex-reitora — UFRN
8. Ângelo Roberto Antonioli — Ex-reitor — UFS
9. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado — Ex-reitor — UFPE
10. Antônio Ibanez Ruiz — Ex-reitor — UnB
11. Antonio José Ledo Alves da Cunha — Ex-vice-reitor — UFRJ
12. Antonio Martins de Siqueira — Ex-reitor — UNIFAL-MG
13. Arquimedes Diógenes Ciloni — Ex-reitor — UFU
14. Carlos Alexandre Netto — Ex-reitor — UFRGS
15. Cássio de Sousa Borges — Representante de entidade — CEMJ
16. Célia Maria Silva Correa Oliveira — Ex-reitora — UFMS
17. Cibele Daher Botelho Monteiro — Ex-reitora — IFF
18. Cláudia Aparecida Marlière de Lima — Ex-reitora — UFOP
19. Claudia Schiedeck Soares de Souza — Ex-reitora — IFRS
20. Cláudio Alex Rocha — Ex-reitor — IFPA
21. Cláudio Ricardo Gomes de Lima — Ex-reitor — IFCE
22. Clélio Campolina Diniz — Ex-reitor — UFMG
23. Cleuza Maria Sobral Dias — Ex-reitora — FURG
24. Dácio Roberto Matheus — Ex-reitor — UFABC
25. Dagoberto Alves de Almeida — Ex-reitor — UNIFEI
26. Danilo Giroldo — Ex-reitor — FURG
27. Delza Leite Góes Gitai — Ex-reitora — UFAL
28. Dilvo Ristoff — Ex-reitor - UFFS
29. Dora Leal Rosa — Ex-reitora — UFBA
30. Edmundo Aguiar — Ex-reitor — IFRJ
31. Edvaldo Pereira da Silva — Ex-reitor — IFRR
32. Eduardo Antonio Modena — Ex-reitor — IFSP
33. Edward Madureira Brasil — Ex-reitor — UFG
34. Eliane Superti — Ex-reitora — UNIFAP
35. Emmanuel Zagury Tourinho — Ex-reitor — UFPA
36. Felipe Martins Müller — Ex-reitor — UFSM
37. Fernando Antonio Menezes da Silva — Ex-reitor — UFRR
38. Flávio Antônio dos Santos — Ex-Diretor-Geral — CEFET-MG
39. Francisco César de Sá Barreto — Ex-reitor — UFMG
40. Francisco Ribeiro da Costa — Reitor — UNIFESSPA
41. Geraldo dos Santos Queiroz — Ex-reitor — UFRN
42. Gioconda Santos e Souza Martinez — Ex-reitora — UFRR
43. Guida Aquino — Ex-reitora — UFAC

44. Helgio Trindade — Ex-reitor — UFRGS e UNILA
45. Heloisa Starling — Ex-vice-reitora — UFMG
46. Helena Costa Lopes de Freitas — Professora aposentada e membro da Anfope
47. Henry de Holanda Campos — Ex-reitor — UFC
48. Hermínio Arias Nalini Júnior — Ex-vice-reitor — UFOP
49. Ilka Dias Bichara — Docente UFBA / ex-diretora IPSS
50. Iracema Santos Veloso — Ex-reitora — UFOB
51. Irlen Antônio Gonçalves — Ex-vice-reitor — CEFET-MG
52. Isabela Fernandes Andrade — Ex-reitora — UFPel
53. Jacques Antonio de Miranda — Reitor em exercício — UFOB
54. Jacyntho Lins Brandão — Ex-vice-reitor — UFMG
55. Jaime Arturo Ramirez — Ex-reitor — UFMG
56. Jaime Giolo — Ex-reitor — UFFS
57. Jefferson Fernandes do Nascimento — Ex-reitor — UFRR
58. Jerônimo Rodrigues da Silva — Ex-reitor — IFG
59. Jesualdo Pereira Farias — Ex-reitor — UFC
60. Joana Angelica Guimarães da Luz — Ex-reitora — UFSB
61. João Carlos Brahm Cousin — Ex-reitor — FURG
62. João Luiz Martins — Ex-reitor — UFOP
63. José Carlos Ferraz Hennemann — Ex-reitor — UFRGS
64. José Carlos Tavares — Ex-reitor — UNIFAP
65. Josealdo Tonholo — Reitor — UFAL
66. João Paulo Sales Macedo — Reitor — UFederal do Delta do Parnaíba
67. Jose de Arimatea de Matos — Ex-reitor — UFERSA
68. José Fernandes de Lima — Ex-reitor — UFS
69. José Geraldo de Sousa Júnior — Ex-reitor — UnB
70. José Ivonildo do Rêgo — Ex-reitor — UFRN
71. José Rubens Rebelatto — Ex-reitor — UFSCar
72. Josué Modesto dos Passos Subrinho — Ex-reitor — UFS e UNILA
73. Klaus Capelle — Ex-reitor — UFABC
74. Laura Hévila Inocencio Leite — Ex-vice-reitora — UFCA
75. Lavinia Rosa Rodrigues — Ex-reitora — UEMG
76. Luiz Bevilacqua — Ex-reitor — UFABC
77. Malvina Tania Tuttman — Ex-reitora — UNIRIO
78. Marcel do Nascimento Botelho — Ex-reitor — UFRA
79. Marcelo Brito Carneiro Leão — Ex-reitor — UFRPE
80. Márcia Abrahão Moura — Ex-reitora — UnB
81. Márcio Silva Basílio — Ex-reitor — CEFET-MG
82. Marcone Jamilson Freitas Souza — Ex-reitor — UFOP
83. Margarida de Aquino Cunha — Ex-reitora — Universidade Federal do Acre
84. Marcos Borato Viana — Ex-vice-reitor — UFMG
85. Margareth Diniz — Ex-reitora — UFPB
86. Maria Beatriz Luce — Ex-reitora — Unipampa

87. Maria da Glória dos Santos Laia — Ex-reitora — IFTO
88. Maria Elias Soares — Ex-vice-reitora — Unilab
89. Maria Leopoldina Veras Camelo — Ex-reitora — IF Sertão-PE
90. Maria Lucia Cavalli Neder — Ex-reitora — UFMT
91. Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil — Reitora em exercício — UFSCar
92. Maria Valéria Costa Correia — Ex-reitora — UFAL
93. Maurício Gariba Júnior — Ex-reitor — IFSC
94. Maurício Saldanha Motta — Reitor em exercício — CEFET/RJ
95. Maurílio de Abreu Monteiro — Ex-reitor — Unifesspa
96. Mauro Augusto Burkert Del Pino — Ex-reitor — UFPel
97. Mônica Schröder — Ex-vice-reitora — UFABC
98. Myrian Thereza de Moura Serra — Ex-reitora — UFMT
99. Naomar Monteiro de Almeida Filho — Ex-reitor — UFBA e UFSB
100. Nelson Maculan Filho — Ex-reitor — UFRJ
101. Newton Lima Neto — Ex-reitor — UFSCar
102. Nilma Lino Gomes — Ex-reitora — UNILAB
103. Odilon Antônio Marcuzzo do Canto — Ex-reitor — UFSM
104. Orlando Afonso Valle do Amaral — Ex-reitor — UFG
105. Oswaldo Baptista Duarte Filho — Ex-reitor — UFSCar
106. Ótom Anselmo de Oliveira — Ex-reitor — UFRN
107. Paulo Afonso Burmann — Ex-reitor — UFSM
108. Paulo Cesar Miguez de Oliveira — Ex-reitor — UFBA
109. Paulo Gabriel Soledade Nacif — Ex-reitor — UFRB
110. Paulo Márcio de Faria e Silva — Ex-reitor — UNIFAL-MG
111. Paulo Speller — Ex-reitor — UNILAB e UFMT
112. Pedro Angelo Almeida Abreu — Ex-reitor — UFVJM
113. Pedro Manoel Galetti Junior — Ex-vice-reitor — UFSCar Rachel Rocha de Almeida Barros — Ex-vice-reitora — UFAL
114. Rafael Barreto Almada — Ex-reitor — IFRJ
115. Reinaldo Centoducatte — Ex-reitor — UFES
116. René Teixeira Barreira — Ex-reitor — UFC
117. Ricardo Luiz Lange Ness — Ex-reitor — UFCA
118. Ricardo Luiz Louro Berbara — Ex-reitor — UFRRJ
119. Ricardo Marcelo Fonseca — Ex-reitor — UFPR
120. Ricardo Motta Miranda — Ex-reitor — UFRRJ
121. Roberlaine Ribeiro Jorge — Ex-reitor — Unipampa
122. Roberto Leher — Ex-reitor — UFRJ
123. Roberto Rodrigues Ramos — Ex-vice-reitor — UFCA
124. Roberto Salles — Ex-reitor e reitor eleito — UFF
125. Rocksane de Carvalho Norton — Ex-vice-reitora — UFMG
126. Romeu Cardozo Rocha Filho — Ex-vice-reitor — UFSCar
127. Ronaldo Tadeu Pena — Ex-reitor — UFMG
128. Rui Vicente Oppermann — Ex-reitor — UFRGS

129. Sandra Regina Goulart Almeida — Ex-reitora — UFMG
130. Sandro Amadeu Cerveira — Ex-reitor — UNIFAL-MG
131. Sebastião Edson Moura — Ex-reitor — IF Baiano
132. Sebastião Elias Kuri — Ex-reitor — UFSCar
133. Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira — Ex-reitor — UFSJ
134. Sérgio Gaudêncio Portela de Melo — Ex-reitor — IFPE
135. Silvio Luiz de Oliveira Soglia — Ex-reitor — UFRB
136. Soraya Smaili — Ex-reitora — Unifesp — Vice-presidente — SBPC
137. Suely Chacon — Ex-reitora — UFCA
138. Targino de Araújo Filho — Ex-reitor — UFSCar
139. Ulrika Arns — Ex-reitora — Unipampa
140. Valder Steffen Jr — Ex-reitor — UFU
141. Valéria Heloísa Kemp — Ex-reitora — UFSJ
142. Valter Joviniano de Santana Filho — Ex-reitor — UFS
143. Vera Maria Ferreira Rodrigues — Ex-reitora — Colégio Pedro II
144. Wagner Alves Carvalho — Ex-vice-reitor — UFABC
145. Wilson Conciani — Ex-reitor — IFB
146. Wrana Maria Panizzi — Ex-reitora — UFRGS

CALENDÁRIO	
SETEMBRO	
10 e 11	Reunião virtual – GT MEC – Revisão do Decreto 5.825 e Plano de Capacitação
11	Reunião da CNSC/FASUBRA
14 e 15	Reunião virtual – GT MEC – Estrutura de Cargos no âmbito do PCCTAE
15, 16 e 17	XIII Encontro de Aposentadas(os), Aposentandas(os) e Pensionistas
16	Reunião da CNSC/FASUBRA
18	Reunião da CNSC/FASUBRA
21 e 22	Reunião virtual – GT MEC – Reposicionamento dos aposentados e novas adesões ao PCCTAE
23	Reunião da CNSC/FASUBRA
24	Reunião GT MEC – Democratização das IFE
24	Reunião Virtual Políticas Sociais – “Ambiente Laboral e Neurodiversidade: criando relações seguras e inclusivas”
25	Reunião da CNSC/FASUBRA
28 e 29	Reunião presencial – GT MEC – Revisão do Decreto 5.825 e Plano de Capacitação
29 e 30	Reunião presencial – GT MEC – carga horária das profissões

	regulamentadas e concursos para Tradutores e Intérpretes de Libras
30	Reunião da CNSC/FASUBRA
OUTUBRO	
01	Reunião virtual – GT MEC – Estrutura de Cargos no âmbito do PCCTAE
06 a 08	Reunião presencial – GT MEC – Estrutura de Cargos no âmbito do PCCTAE
08	Reunião GT MEC – Democratização das IFE
20	Relatório final GT MEC – Democratização das IFE
20 e 21	Reunião presencial – GT MEC – Reposicionamento dos aposentados e novas adesões ao PCCTAE
NOVEMBRO	
30 a 04 /12	XXXII Seminário Nacional de Segurança das IPE e EBTT